

ESCOLHAS LEXICAIS DO PONTO DE VISTA INTERPESSOAL NAS DECLARAÇÕES DE UM PROFESSOR-JURISTA

Maria Felícia Romeiro Mota

Silva¹

Resumo:

O propósito deste artigo é analisar de que maneira os significados são construídos lexicogramaticalmente sobre os aspectos da metafunção interpessoal e da modalidade utilizados no discurso. O *corpus* de análise constitui de informações provenientes de uma entrevista de pesquisa realizada com um professor-jurista sobre a formação da identidade profissional. O estudo apresentado segue uma proposta das bases teóricas da Linguística Sistêmico Funcional – LSF e da Análise de Discurso Crítica – ADC.

Palavras-chave: Escolhas lexicais. Metafunção Interpessoal. Modalidade. Discurso. Professor-jurista.

1. Introdução

A língua é um sistema simbólico sócio-histórico-culturalmente construído que capacita a significar a realidade, a produzir conhecimentos diversos, a nos situar e a refletir sobre o mundo circundante através dos discursos produzidos. Os textos representam expressões do pensamento social e atuam como forma de interação social, produção e circulação de conhecimento. Portanto, através de análise de textos podemos compreender melhor o funcionamento da língua e, conseqüentemente, das práticas de discurso.

Nesta perspectiva, Halliday (1994) afirma que as escolhas lexicais utilizadas por um usuário da língua em um texto carregam traços de sua identidade, que podem estar perceptíveis ou não na superfície textual. Fairclough (2001) defende que os discursos constroem identidades e relações sociais. Assim, investigar o discurso é analisar como os atores sociais agem no mundo e constroem a si mesmos e a sua realidade social. O propósito das análises linguísticas, portanto, é desvelar e compreender os significados que estão presentes nos textos.

Este artigo tem o propósito de discutir, à luz da Linguística Sistêmico Funcional – LSF e da Análise de Discurso Crítica – ADC aspectos da Metafunção Interpessoal e de Níveis de Modalização utilizados no discurso que

contribuem para a construção de identidades presentes nas escolhas léxico-gramaticais presentes na composição do texto. Neste momento, serão aqui analisadas as informações de uma entrevista de pesquisa realizada com um professor-jurista sobre Letramento Acadêmico e formação da identidade profissional de juristas.

2. Linguagem, Discurso e Sociedade: alguns pressupostos teóricos

2.1. Linguagem e construção de sentidos

A linguagem faz parte das relações sociais, sendo um elemento básico na vida em sociedade. A “realidade” é construída através de um processo dialógico marcado fortemente pela exposição das ideias e formações de conceitos. Bakhtin (1992) defende que a linguagem é dialógica e a rede de significados pressupõe a existência do ‘eu’ e do ‘outro’ em vários contextos sociais da atividade humana. Os sentidos das palavras se constituem pela interação social dos indivíduos de forma ativa e responsiva. A concepção bakhtiniana traz a noção de sujeito social, interpelado por diferentes vozes, discursos e ideologias manifestadas na linguagem.

Conforme Fairclough (2003), o discurso é tanto um modo de representação quanto uma forma de agir sobre o mundo e sobre os outros. O discurso é entendido aqui como uma prática social mediada pelo uso da linguagem, e não uma ação individual. As condições histórico-sociais, contextuais e as relações de poder estão presentes nos atos discursivos e também constroem as interpretações da realidade social. O autor postula uma correspondência entre ação e gêneros (modos de interagir), representação e discursos (modos de representar), identificação e estilos (modos de ser).

Os significados construídos nos gêneros discursivos são influenciados e influenciam os contextos culturais e situacionais. Conforme afirma Santos (2003, p. 96), “Os enunciados, ao mesmo tempo em que materializam a concretização da língua, carregam a visão de mundo de cada usuário, refletindo as condições e os objetivos do meio social no qual se inserem.” Nesta mesma perspectiva Silva (2010, p.66) traz a seguinte reflexão:

Utilizamos a língua para falar sobre a nossa experiência de mundo, para descrever eventos e as entidades que os envolvem; para interagir com as outras pessoas, bem como influenciar o seu comportamento, além de expressar nossos pontos de vista e também solicitar às outras pessoas que expressem seus pontos de vista sobre tudo.

¹ Mestranda em Linguística da Universidade de Brasília, neste trabalho orientada pelas prof. Dr^a Maria Luíza Monteiro Sales Coroa e Dr^a Edna Cristina Muniz da Silva, e pelo prof. Dr. Guilherme Veiga Rios. clarafelicia@yahoo.com.br

Segundo a concepção funcionalista de Halliday (1994), a linguagem se desenvolve para atender as necessidades humanas e, desta forma, não pode ser analisada fora de um contexto social, pois esta funciona como um sistema de significados produzidos pelos falantes a partir de uma rede de opções constituída socioculturalmente. O sistema de significados está associado às metafunções da linguagem (Ideacional, Interpessoal e Textual) e representam o modo como os usuários da língua interagem com diferentes intenções a partir da construção dos discursos.

Butt et al. (2000) apresenta um quadro com os conceitos e aplicações das três metafunções²:

1. A linguagem tem uma função representacional – usamo-la para codificar a nossa vivência e experiência do mundo; faculta-nos imagens da realidade (física ou mental). Ajuda-nos, portanto, a codificar significados da nossa experiência, isto é, a codificar significados ideacionais (FUNÇÃO IDEACIONAL).

A linguagem tem uma função interpessoal – usamo-la para codificar interação e mostrarmos quão defensáveis achamos as nossas posições, os nossos enunciados. Ajuda-nos, portanto, a codificar significados de atitudes, interação e relações sociais, isto é, significados interpessoais (FUNÇÃO INTERPESSOAL).

2. A linguagem tem uma função textual – usamo-la para organizarmos os nossos significados ideacionais e interpessoais num todo linear e coerente. Permite-nos, portanto, codificar significados de desenvolvimento textual e organização retórica, isto é, significados textuais (FUNÇÃO TEXTUAL).

É por meio das metafunções Ideacional, Interpessoal e Textual, que ocorrem simultaneamente nos textos, que se pode identificar como acontece a organização discursiva, os propósitos do falante em determinado contexto de situação. Halliday (1994)

2.2 Metafunção Interpessoal³: a oração como troca

2.2.1 Funções da Fala

De acordo com Halliday (1994), a oração, do ponto de vista interpessoal, é um evento interativo de troca que envolve o falante e seu interlocutor, os recursos gramaticais nos dão condição para dar, pedir ou receber informações, solicitar ou oferecer bens e serviços. Silva (2010, p.71) acrescenta: “um dos principais objetivos da comunicação é estabelecer e manter laços sociais entre as pessoas através da interação, que é sempre motivada por um propósito: influenciar o comportamento ou as atitudes das pessoas, por dar informações ou obtê-las”.

Para Halliday e Matthiessen (2004) as interações implicam em troca de informação ou em bens e serviços⁴ e podem ser assim conceituadas:

- Troca de informação – implica em tomar conhecimento de algo. O falante solicita uma informação (por meio de oração interrogativa) e espera uma resposta (expressa por oração declarativa) do interlocutor. Neste caso, a oração assume a função semântica de Proposição.

- Troca de bens e serviços – linguagem como instrumento de ação. O falante a partir do uso da linguagem quer provocar um comportamento em outrem, a partir de uma oferta, ordem ou pedido (expressas por orações no modo imperativo). Neste caso, a oração assume a função semântica de Proposta.

2.2.2 Sistema de MODO e Modalidade

Na léxico-gramática a metafunção interpessoal realiza-se através do sistema de MODO, que se constitui de dois elementos básicos: o modo e o resíduo. Halliday e Matthiessen (2004). De acordo com estes autores, o modo é constituído por Sujeito (entidade na qual está se referenciando) e Finito (grupo verbal que carrega o tempo primário, e aspectos de polaridade e modalidade). Já o Resíduo é composto pelos elementos funcionais: Predicador (grupo verbal, em alguns casos o tempo secundário), Complemento (participante, não sujeito, realizado por um grupo nominal), Adjunto (circunstâncias).

Em português, as flexões verbais marcam o tempo pelas desinências modo-temporais e número-pessoais. Neste aspecto, Fuzer e Cabral (2010, p.113) chamam a atenção para o fato de que “em língua portuguesa, nem sempre o finito está presente como um item léxico-gramatical à parte. Muitas vezes ele se agrega ao próprio verbo”.

²Trecho traduzido por Gouveia (2009)

³ Por uma questão de delimitação, neste artigo nos atentaremos a Função Interpessoal proposta por Halliday (1994) que dialoga com o significado identificacional conforme os postulados de Fairclough (2003).

O sistema de MODO pode ser representado a partir do seguinte quadro:

Modo		Resíduo
Sujeito		Predicador
Finito	Tempo Primário	Complemento
	Polaridade	Adjunto
	Modalidade	

Tabela 1 – Sistema de Modo sintetizado de Halliday e Matthiessen (2004)

⁴Fairclough (2003) classifica os tipos de troca em: troca de conhecimento e troca de atividades.

Fuzer e Cabral (2010, p. 119) definem modalidade como um “recurso interpessoal utilizado para expressar significados relacionados ao julgamento do falante em diferentes graus. Refere-se a como falantes e escritores assumem uma posição, expressam uma opinião ou ponto de vista, ou fazem um julgamento”. A Modalidade Epistêmica (Modalização) acontece nas proposições (troca de informações – eixo do conhecimento) e envolve valores como verdade probabilidade, certeza, crença e evidência. Já a Modalidade Deontica (Modulação) ocorre em propostas (troca de bens e serviços – eixo da conduta) e envolve valores

como desejo, preferência, intencionalidade, obrigação, manipulação, habilidade.

Fairclough (2001) acrescenta a modalidade objetiva (o falante projeta o seu ponto de vista como universal, ou a partir da fala de outrem) e a modalidade subjetiva (o falante projeta o seu ponto de vista se incluindo no discurso). Além de apresentar distinções temporais (pode/poderia; deve/deveria) nas relações entre não hipotético e hipotético. Também inclui os polos em uma categoria ampla de modalidade categórica.

Segundo Resende e Ramalho (2006, p. 85) “o processo de identificação sempre é afetado pelo processo de relação social, o que implica que escolhas de modalidade são significativas não só na identificação, mas também na ação e na representação.” As escolhas lexicais modais envolvem diversos fatores contextuais dentre eles o grau de certeza do falante diante de sua declaração e validade da proposição, ou grau de pressão para realização de uma ordem, além de poder expressar o grau de em relação ao que é dito.

3 A Região Oeste e o Curso de Direito: contexto da pesquisa

A região Oeste da Bahia está localizada à margem esquerda do Rio São Francisco tem a extensão de 116.786,918 Km², é formada por 35 municípios⁵, uma população de 899.270 habitantes em média, e atualmente representa um dos grandes polos de desenvolvimento agropecuários do Cerrado, segundo dados da TV Oeste⁶ (2013).

⁵ O Oeste Baiano é composto pelos seguintes municípios: Angical, Baianópolis, Barra, Barreiras, Brejolândia, Buritirama, Canápolis, Catolândia, Cocos, Coribe, Correntina, Cotegipe, Cristópolis, Feira da Mata, Formosa do Rio Preto, Ibotirama, Jaborandi, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Morpara, Muquém do São Francisco, Paratinga, Riachão das Neves, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santana, São Desidério, São Félix do Coribe, Serra do Ramalho, Serra Dourada, Sítio do Mato, Tabocas do Brejo Velho, Wanderley, Xique-Xique.



Fig. 01 – Mapa da Região Oeste da Bahia
Fonte: **Schmitt & Damiani - Advogadas**

Desde década de 90, com a expansão do ensino superior no Oeste da Bahia e a introdução de novos conceitos científicos, parte dos moradores da região inseridos neste contexto está transformando aos poucos a maneira de avaliar as questões sociais. De acordo com Resende e Ramalho (2006, p. 45-46) baseando-se nos estudos de Fairclough (2003), “são os indivíduos, inseridos em práticas discursivas e sociais, que corroboram para a manutenção ou transformação de estruturas sociais – uma visão dialética da relação entre estrutura e ação”.

Em todo o oeste baiano somente quatro faculdades oferecem o curso de Direito. O primeiro curso implantado foi autorizado pelo Ministério da Educação - MEC em 2001. Três destes quatro cursos participam do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

– ENADE, já passaram pelo processo de reconhecimento do curso pelo MEC, e tiveram alunos que se submeteram ao Exame da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

Ao longo do curso, um estudante de Direito tem a possibilidade de discutir conceitos, valores e ideologias que irão constituir sua identidade profissional e também as suas identidades pessoal e social. O sujeito passa a ser um porta-voz das instituições as quais representa (o direito romano; a Ordem dos Advogados do Brasil; a faculdade e outros).

Este sujeito passa a ser reconhecido socialmente e institucionalmente por sua maneira particular de expressão linguística (jargão profissional), maneira social de se vestir (que pretende denotar neutralidade, seriedade e compromisso), postura formal (no falar e no vestir). Nota-se, assim, que há elementos linguísticos e não linguísticos⁷ necessários para essa construção identitária.

O curso de Direito promove a potencialidade de mudança social através das discussões sobre o papel do Poder Judiciário, responsabilidade social e desenvolvimento da cidadania. Em uma região em que não há Defensoria Pública, o Núcleo de Práticas Jurídicas das faculdades cumpre um papel social importante no atendimento à população. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (2012) o Poder judiciário no Oeste da Bahia conta com 15 varas cíveis, 17 cartórios, 18 juízes e 17 promotores para atender a uma população de 899.270 habitantes. Em 2011, foi dada a entrada de 27.104 processos judiciais⁸ destes, somente 154 foram arquivados (por resolução ou por falta de provas). Como se pode constatar, o número de profissionais atuantes no mercado ainda não atende a demanda da população.

⁶ A TV Oeste é uma das seis emissoras da Rede Bahia, afiliada à Rede Globo de Televisão. Fundada em 1991, a emissora produz o Jornal da Manhã, Bahia Meio-dia, BA TV, nestes telejornais são entrevistados profissionais de diversas áreas de formação, atuantes na região Oeste.

4 Aspectos Metodológicos

Este estudo se baseia em uma análise exploratória, utilizando as concepções teórico- analíticas da Linguística Sistêmico Funcional – LSF e da Análise de Discurso Crítica – ADC, sobre os aspectos da metafunção interpessoal e de níveis de modalização utilizados no discurso. O *corpus* se constitui de informações provenientes de uma entrevista de pesquisa realizada com um professor-jurista sobre Letramento Acadêmico e formação da identidade profissional de juristas.

O colaborador da pesquisa, que recebe o pseudônimo de professor Gilberto, é juiz e professor do curso de Direito, nasceu no Oeste baiano, tem 33 anos de idade,

há 4 anos atua na docência com as disciplinas Direito Constitucional, Teoria da Constituição, Direito Processual Civil.

As reflexões aqui propostas constitui parte do projeto de mestrado intitulado “Letramento Acadêmico e a Construção da Identidade Profissional em Instituições de Ensino Superior do Oeste Baiano”.

5 Análise de dados

A entrevista de pesquisa é considerada um subgênero situado (do gênero entrevista) que tem por finalidade a troca de informações e traz reflexões e projeções de práticas particulares, além de remeter a outros textos e discursos. “Gêneros são especificamente aspectos discursivos das formas de agir e interagir por meio de eventos sociais” Fairclough (2003, p.47).

Como foi mencionado, as questões proposta pela pesquisadora ao professor – jurista se referem às práticas de letramento e formação identitária do jurista. O colaborador da pesquisa faz uma reflexão se colocando como o principal sujeito na maioria das declarações (“penso que”, “atribuo”), com a predominância dos verbos (finito/predicador) no presente, sem necessariamente marcar do tempo do relato. Nas proposições aparecem conceitos, juízos de valor, avaliação, evidência e diferentes graus de certeza e comprometimento em relação ao que é declarado nas respostas. Nas proposições verificaram-se muitas ocorrências de modalidade epistêmica com utilização de adjuntos modais (certamente, efetivamente, talvez), verbos modais, em muitos casos no pretérito imperfeito, (poderia, parece ser, deveria, seria), expressões modalizadoras (“ainda que pouco saiba”). Para Gouveia (2009, p. 34):

3 Por questão de delimitação trataremos aqui somente os aspectos linguísticos

4 Dados fornecidos pelo site www.cnj.jus.br com acesso 10/02/2012.

Ao falar, o falante adota um papel discursivo particular e dessa forma atribui ao seu interlocutor o papel complementar, esperando que ele o

assuma. Por exemplo, ao fazer uma pergunta, o falante assume o papel de quem procura/busca informação e requer para o seu interlocutor o papel de fornecedor da informação pretendida. O significado interpessoal entre o falante e o seu interlocutor é expresso por escolhas a partir de diferentes subsistemas, os quais incluem, por exemplo, a modalidade, a entoação, os itens lexicais, etc.

Quando perguntamos ao professor sobre os requisitos indispensáveis de um bom jurista, ele constrói o seu argumento a partir de levantamento de questões retóricas e uma sequência de conceitos. O sujeito das proposições se alterna, ora é quem fala (professor), ora do que se fala (o direito). A presença de modalização é marcada pelos usos da condicional ‘se’ e verbos modais (diria, parece ser). Conforme se observa no excerto abaixo:

É difícil definir um “bom jurista”. [...] Penso que o conhecimento jurídico – estritamente jurídico – não faz de ninguém um “jurista”, menos ainda um “bom jurista”. Aliás, se “direito” é mesmo inseparável de “poder” (de poder político, inclusive); se direito é um construir humano e, como tal, contingente, histórico e socialmente situado; e se direito, finalmente, é um instrumento de manutenção do poder (serve ao poder, imbricados que são), alguém, para ser um jurista, precisa ir além das leis, além do direito objetivo. Não consigo eleger requisitos... de forma bastante ampla, diria que conhecer um mínimo de sociologia, de criminologia crítica, enfim, da vida como ela parece efetivamente ser, é um requisito essencial a quem

Na fala do professor Gilberto é preciso ir além do conteúdo teórico exposto na sala de aula, um bom profissional deve relacionar diferentes formas de conhecimento com a prática. O professor amplia a discussão relacionando conhecimento, direito e poder. No que se refere aos significados do discurso, Fairclough (2003) defende que ideologias são representações que podem ser legitimadas em diferentes maneiras de ação e interação, inculcadas em identidades. O discurso tem o poder de “tornar reais as próprias realidades que descreve”. FAIRCLOUGH (2012, p.106).

As profissões relacionadas às áreas do Direito tem no uso da palavra, que exerce grande poder social, seu principal instrumento de trabalho. Nas atividades de escrita e oralidade exige-se o domínio do uso formal da língua, compreensão e uso fluente de terminologias jurídicas, alto conhecimento de gêneros técnicos-jurídicos, poder de argumentação, capacidade mediadora e conciliadora. O exercício da palavra

no âmbito do Direito requer leituras de diversas áreas do conhecimento: legislação, sociologia, antropologia, filosofia, história, oratória, retórica, psicologia entre outras. Neste ínterim acontecem inúmeras práticas de letramento necessárias para a formação identitária destes profissionais. Conforme a Resolução do CNE/ CES nº 9/ 2004 referente às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

No que se refere aos baixos índices de aprovação no Exame da Ordem dos advogados-OAB o professor avalia:

Atribuo a péssima formação dos alunos, quanto à “educação” em geral. Não exclusivamente às faculdade de direito. Um dado, que é intuitivo, pode sinalizar uma resposta: o índice de aprovação da UnB, da USP, da UFBA é elevadíssimo. Porque são boas instituições? Pode ser, também. Mas certamente esse alto índice decorre do fato de que nessas instituições estudam os alunos de “melhor formação”

Na avaliação o professor ao mesmo tempo em que levanta hipóteses (‘Um dado, que é intuitivo’, ‘pode sinalizar’, ‘pode ser’) e apresenta afirmações (certamente). O professor utiliza diferentes graus de modalizadores para não se comprometer e justificar a não aprovação de muitos alunos oriundos de instituições privadas. Na fala do professor Gilberto a formação da educação básica nivela os alunos, os ‘de melhor formação’ vão para as universidades federais e tem maior chance de passar no exame da OAB. Segundo Silva (2010, p. 73) a “avaliação que, expressa frequentemente por escolhas lexicais, é uma indicação sobre como o falante pensa que algo – pessoa, coisa, ação, evento, situação, ideia – é bom ou mau. [...] A escolha da avaliação reflete e reforça os valores ideológicos da cultura.”

Professores e alunos⁹ dos cursos de Direito apontam a fragilidade da escolarização anterior ao ingresso do ensino superior como um dos principais obstáculos para concretizar a formação profissional idealizada pelas instituições (as faculdades, a Ordem dos Advogados do Brasil; o Conselho Nacional de Educação). O que afeta diretamente o ingresso e a atuação de Bacharéis em Direito no mercado, a aprovação no Exame da Ordem e em concursos públicos.

No que se refere ao nível de dificuldade de leitura e escrita (letramento) de textos jurídicos de ingressantes no curso de Direito, o professor Gilberto assim respondeu:

É natural, então, que os acadêmicos tenham dificuldade com essa linguagem “peculiar”, especialmente nos primeiros anos. Com o tempo, a dificuldade reduz, na medida em que o acadêmico vai se tornando “um dos nossos”, treinado para perpetuar esse modo de ser das coisas, que tem por fim último a separação entre o direito (algo comum) e a sociedade (a quem ele pertence). E se tudo permanece assim, quem souber falar em *periculum in mora* ao invés da simples “situação de urgência”, parecerá socialmente mais forte.

O professor ressalta a importância, no âmbito do Direito, do uso formal da língua e de termos jurídicos em latim. A forma de uso da linguagem identifica o sujeito em seu grupo (“um dos nossos”) e exclui socialmente outros pelas relações de poder (“quem souber falar em *periculum in mora* [...], parecerá socialmente mais forte”). A formação profissional técnico-científica é concebida como um ‘treinamento’ que molda o indivíduo e naturaliza as relações de hegemonia. O direito (algo comum) pertence à sociedade, mas o direito (instituição) distancia a sociedade do que lhe é seu, pelo uso da linguagem e do discurso, pelo que ‘parece ser’.

Segundo Foucault (1979, p. XIV), “O poder é algo que se exerce e que funciona como maquinaria social que não está situada em lugar exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social”. Chouliaraki e Fairclough (1999) analisam que a construção da identidade resulta de uma relação dialética entre o social e o individual, o proposto e o construído, esta construção acontece em contextos de tensão e de poder. Os atores são representados por suas funções nas práticas sociais. As relações de poder (econômico e/ou de conhecimento) são reforçadas por escolhas sócio semânticas, tanto no nível da palavra quanto do enunciado e se

~~estende para a enunciação.~~
[...] Penso que a interiorização dos cursos de direito democratizou, um pouco, o ensino e a formação jurídica na sociedade. Pessoas que, outrora, jamais sonharam em ser, um dia, advogados, hoje vivem essa realidade. É importante para a sociedade que mais pessoas saibam sobre direito. A rigor, todos nós sabemos sobre direito (pois o direito é feito pelas pessoas comuns e para as pessoas comuns, que o respeitam cotidianamente), mas apenas alguns sabem sobre o “direito dos tribunais”. É, então, relevante que o Oeste do estado tenha um maior número de advogados, professores de direito, entre outras atividades jurídicas.

Acredito, sinceramente, que a formação jurídica (assim como a do assistente social, do professor, do médico...) é fundamental para o fortalecimento da sociedade. A democracia depende do conhecimento, da

O professor Gilberto destaca a importância social da interiorização do curso de Direito, como a realização de um ‘sonho’ e reconhece que a Região Oeste precisa de profissionais do Direito, de conhecer mais sobre o “direito dos tribunais”, mas ainda não percebe os avanços reais com a inserção dos cursos e modaliza (“Penso que a interiorização dos cursos de direito democratizou, um pouco, o ensino e a formação jurídica na sociedade”). Na fala do professor não há menção de aspectos que inviabilizam a prática efetiva do direito como bem público tais como, desigualdade social, burocracia nos fóruns, administração pública e outros.

5 Com base em dados de outros colaboradores da pesquisa “Letramento Acadêmico e a Construção da Identidade Profissional em Instituições de Ensino Superior do Oeste Baiano”.

No segundo bloco de resposta, o professor é mais incisivo nas colocações (“Acredito sinceramente”, “é fundamental”, “gente sem vocação para escravo”) e afirma que o processo de democratização depende de conhecimento para uma maior participação social. O professor Gilberto não percebe ainda avanços para a Região Oeste no que se refere à participação política mais ativa da população a partir do letramento acadêmico. Street (2012, p. 78) alerta que grande parte da escolarização moderna trata o letramento como um conjunto de habilidades funcionais, mais que isso o letramento deve ser entendido como “um conjunto de práticas sociais profundamente associadas à identidade e posição social.” Se faz necessário, nos espaços acadêmicos, uma visão mais ampla sobre os reais objetivos as práticas de letramento no ensino superior e na sociedade.

6 Considerações Finais

O texto é uma unidade de semântica em que os seus vários elementos constituintes de significação são materializados através de categorias linguístico-discursivas. A proposta integradora da LSF e da ADC proporcionar um olhar mais abrangente sobre as relações entre discurso, linguagem e prática social. As informações advindas da análise da entrevista revelaram que as escolhas lexicais do falante são condicionadas as práticas sociais fortemente marcadas por ideologias.

A linguagem, que proporciona a interação dialética entre os atores sociais, além de comunicar exerce a função de argumentar, persuadir, possibilita a construção de sentido e constrói identidades e práticas sociais. Assim, podemos considerar que um Bacharel em Direito traz em si conceitos, valores e ideologias que foram construídas dialeticamente ao longo do curso. As identidades pessoal e social, mediadas pelos discursos institucionalizados e letramentos resultam na identidade profissional.

O Oeste Baiano ainda é marcado pela desigualdade social e carência de fatores básicos à existência, o que revela que o crescimento econômico não acompanha o desenvolvimento social. A expansão do ensino superior e os processos de letramento acadêmico no Oeste da Bahia promove ampliação da rede de serviços especializados (jurídicos, saúde, contábeis, educação e outros), mas ainda assim não atende a demanda. No que diz respeito à participação social politicamente ativa, os professores ainda não veem efetivamente uma mobilização pela grande parte da população, sobretudo dos acadêmicos. Segundo os dados até agora analisados, estas reflexões sobre a rede de práticas sociais ainda se restringem a sala de aula.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução CNE/CES N° 9, de 29 de setembro de 2004.**

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem.** São Paulo: HUCITEC, 1992.

BUTT et. al. **Using functional grammar: an explorer's guide.** 2. ed. Sidney: Macquarie University, 2000.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis.** Edinburgh: Edingurgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research.** Londres & Nova Iorque: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** Coord. Trad. I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. A dialética do Discurso. In: MAGALHÃES, Izabel (org.) **Discursos e Práticas de Letramento: pesquisa etnográfica e formação de professores.** Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2012.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. R. Machado. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FUZER, C.; CABRAL, S.R.S. **Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em Língua Portuguesa**. (no prelo)

GOUVEIA, C.A.M. **Texto e gramática: uma introdução à linguística sistêmico-funcional**. Disponível em <http://ww3.fl.ul.pt/pessoais/cgouveia/ja/6.pdf>: Acesso em 04/07/2013.

HALLIDAY, M. **An Introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN, C.M.I.M. **An introduction to functional grammar**. Oxford, Londres: Arnold, 2004.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SANTOS, E.C.S. A linguagem dos blogs: um gênero textual emergente. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**. Vol 6. Brasília: Thesaurus, 2003

SILVA, E.C.M. Do discurso à gramática: um enfoque crítico e funcional de gêneros.

Cadernos de Linguagem e Sociedade. Vol 11 (2). Brasília: Thesaurus, 2010.

STREET, B. V. Eventos de Letramento e Práticas de Letramento: Teoria e Prática nos Novos Estudos do Letramento. In: MAGALHÃES, Izabel (org.) **Discursos e Práticas de Letramento: pesquisa etnográfica e formação de professores**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2012.

TV OESTE. **Atlas de Cobertura - Globo Bahia**. Disponível em: http://sucom.redeglobo.com.br/atlas2004/mapas/php/con_emissora.php?pexib=BAR&p uf=BA. Acesso: 25/02/2013.

ESCOLHAS LEXICAIS DO PONTO DE VISTA INTERPESSOAL NAS DECLARAÇÕES DE UM PROFESSOR-JURISTA

Maria Felícia Romeiro Mota

Silva¹

Resumo:

O propósito deste artigo é analisar de que maneira os significados são construídos lexicogramaticalmente sobre os aspectos da metafunção interpessoal e da modalidade utilizados no discurso. O *corpus* de análise constitui de informações provenientes de uma entrevista de pesquisa realizada com um professor-jurista sobre a formação da identidade profissional. O estudo apresentado segue uma proposta das bases teóricas da Linguística Sistêmico Funcional – LSF e da Análise de Discurso Crítica – ADC.

Palavras-chave: Escolhas lexicais. Metafunção Interpessoal. Modalidade. Discurso. Professor-jurista.

3. Introdução

A língua é um sistema simbólico sócio-histórico-culturalmente construído que capacita a significar a realidade, a produzir conhecimentos diversos, a nos situar e a refletir sobre o mundo circundante através dos discursos produzidos. Os textos representam expressões do pensamento social e atuam como forma de interação social, produção e circulação de conhecimento. Portanto, através de análise de textos podemos compreender melhor o funcionamento da língua e, conseqüentemente, das práticas de discurso.

Nesta perspectiva, Halliday (1994) afirma que as escolhas lexicais utilizadas por um usuário da língua em um texto carregam traços de sua identidade, que podem estar perceptíveis ou não na superfície textual. Fairclough (2001) defende que os discursos constroem identidades e relações sociais. Assim, investigar o discurso é analisar como os atores sociais agem no mundo e constroem a si mesmos e a sua realidade social. O propósito das análises linguísticas, portanto, é desvelar e compreender os significados que estão presentes nos textos.

Este artigo tem o propósito de discutir, à luz da Linguística Sistêmico Funcional – LSF e da Análise de Discurso Crítica – ADC aspectos da Metafunção Interpessoal e de Níveis de Modalização utilizados no discurso que

contribuem para a construção de identidades presentes nas escolhas léxico-gramaticais presentes na composição do texto. Neste momento, serão aqui analisadas as informações de uma entrevista de pesquisa realizada com um professor-jurista sobre Letramento Acadêmico e formação da identidade profissional de juristas.

4. Linguagem, Discurso e Sociedade: alguns pressupostos teóricos

4.1. Linguagem e construção de sentidos

A linguagem faz parte das relações sociais, sendo um elemento básico na vida em sociedade. A “realidade” é construída através de um processo dialógico marcado fortemente pela exposição das ideias e formações de conceitos. Bakhtin (1992) defende que a linguagem é dialógica e a rede de significados pressupõe a existência do ‘eu’ e do ‘outro’ em vários contextos sociais da atividade humana. Os sentidos das palavras se constituem pela interação social dos indivíduos de forma ativa e responsiva. A concepção bakhtiniana traz a noção de sujeito social, interpelado por diferentes vozes, discursos e ideologias manifestadas na linguagem.

Conforme Fairclough (2003), o discurso é tanto um modo de representação quanto uma forma de agir sobre o mundo e sobre os outros. O discurso é entendido aqui como uma prática social mediada pelo uso da linguagem, e não uma ação individual. As condições histórico-sociais, contextuais e as relações de poder estão presentes nos atos discursivos e também constroem as interpretações da realidade social. O autor postula uma correspondência entre ação e gêneros (modos de interagir), representação e discursos (modos de representar), identificação e estilos (modos de ser).

Os significados construídos nos gêneros discursivos são influenciados e influenciam os contextos culturais e situacionais. Conforme afirma Santos (2003, p. 96), “Os enunciados, ao mesmo tempo em que materializam a concretização da língua, carregam a visão de mundo de cada usuário, refletindo as condições e os objetivos do meio social no qual se inserem.” Nesta mesma perspectiva Silva (2010, p.66) traz a seguinte reflexão:

Utilizamos a língua para falar sobre a nossa experiência de mundo, para descrever eventos e as entidades que os envolvem; para interagir com as outras pessoas, bem como influenciar o seu comportamento, além de expressar nossos pontos de vista e também solicitar às outras pessoas que expressem seus pontos de vista sobre tudo.

¹ Mestranda em Linguística da Universidade de Brasília, neste trabalho orientada pelas prof. Dr^a Maria Luíza Monteiro Sales Coroa e Dr^a Edna Cristina Muniz da Silva, e pelo prof. Dr. Guilherme Veiga Rios. clarafelicia@yahoo.com.br

Segundo a concepção funcionalista de Halliday (1994), a linguagem se desenvolve para atender as necessidades humanas e, desta forma, não pode ser analisada fora de um contexto social, pois esta funciona como um sistema de significados produzidos pelos falantes a partir de uma rede de opções constituída socioculturalmente. O sistema de significados está associado às metafunções da linguagem (Ideacional, Interpessoal e Textual) e representam o modo como os usuários da língua interagem com diferentes intenções a partir da construção dos discursos.

Butt et al. (2000) apresenta um quadro com os conceitos e aplicações das três metafunções²:

3. A linguagem tem uma função representacional – usamo-la para codificar a nossa vivência e experiência do mundo; faculta-nos imagens da realidade (física ou mental). Ajuda-nos, portanto, a codificar significados da nossa experiência, isto é, a codificar significados ideacionais (FUNÇÃO IDEACIONAL).

A linguagem tem uma função interpessoal – usamo-la para codificar interação e mostrarmos quão defensáveis achamos as nossas posições, os nossos enunciados. Ajuda-nos, portanto, a codificar significados de atitudes, interação e relações sociais, isto é, significados interpessoais (FUNÇÃO INTERPESSOAL).

4. A linguagem tem uma função textual – usamo-la para organizarmos os nossos significados ideacionais e interpessoais num todo linear e coerente. Permite-nos, portanto, codificar significados de desenvolvimento textual e organização retórica, isto é, significados textuais (FUNÇÃO TEXTUAL).

É por meio das metafunções Ideacional, Interpessoal e Textual, que ocorrem simultaneamente nos textos, que se pode identificar como acontece a organização discursiva, os propósitos do falante em determinado contexto de situação. Halliday (1994)

2.3 Metafunção Interpessoal³: a oração como troca

2.3.1 Funções da Fala

De acordo com Halliday (1994), a oração, do ponto de vista interpessoal, é um evento interativo de troca que envolve o falante e seu interlocutor, os recursos gramaticais nos dão condição para dar, pedir ou receber informações, solicitar ou oferecer bens e serviços. Silva (2010, p.71) acrescenta: “um dos principais objetivos da comunicação é estabelecer e manter laços sociais entre as pessoas através da interação, que é sempre motivada por um propósito: influenciar o comportamento ou as atitudes das pessoas, por dar informações ou obtê-las”.

Para Halliday e Matthiessen (2004) as interações implicam em troca de informação ou em bens e serviços⁴ e podem ser assim conceituadas:

- Troca de informação – implica em tomar conhecimento de algo. O falante solicita uma informação (por meio de oração interrogativa) e espera uma resposta (expressa por oração declarativa) do interlocutor. Neste caso, a oração assume a função semântica de Proposição.

- Troca de bens e serviços – linguagem como instrumento de ação. O falante a partir do uso da linguagem quer provocar um comportamento em outrem, a partir de uma oferta, ordem ou pedido (expressas por orações no modo imperativo). Neste caso, a oração assume a função semântica de Proposta.

2.3.2 Sistema de MODO e Modalidade

Na léxico-gramática a metafunção interpessoal realiza-se através do sistema de MODO, que se constitui de dois elementos básicos: o modo e o resíduo. Halliday e Matthiessen (2004). De acordo com estes autores, o modo é constituído por Sujeito (entidade na qual está se referenciando) e Finito (grupo verbal que carrega o tempo primário, e aspectos de polaridade e modalidade). Já o Resíduo é composto pelos elementos funcionais: Predicador (grupo verbal, em alguns casos o tempo secundário), Complemento (participante, não sujeito, realizado por um grupo nominal), Adjunto (circunstâncias).

Em português, as flexões verbais marcam o tempo pelas desinências modo-temporais e número-pessoais. Neste aspecto, Fuzer e Cabral (2010, p.113) chamam a atenção para o fato de que “em língua portuguesa, nem sempre o finito está presente como um item léxico-gramatical à parte. Muitas vezes ele se agrega ao próprio verbo”.

²Trecho traduzido por Gouveia (2009)

³ Por uma questão de delimitação, neste artigo nos atentaremos a Função Interpessoal proposta por Halliday (1994) que dialoga com o significado identificacional conforme os postulados de Fairclough (2003).

O sistema de MODO pode ser representado a partir do seguinte quadro:

Modo		Resíduo
Sujeito		Predicador
Finito	Tempo Primário	Complemento
	Polaridade	Adjunto
	Modalidade	

Tabela 1 – Sistema de Modo sintetizado de Halliday e Matthiessen (2004)

⁴Fairclough (2003) classifica os tipos de troca em: troca de conhecimento e troca de atividades.

Fuzer e Cabral (2010, p. 119) definem modalidade como um “recurso interpessoal utilizado para expressar significados relacionados ao julgamento do falante em diferentes graus. Refere-se a como falantes e escritores assumem uma posição, expressam uma opinião ou ponto de vista, ou fazem um julgamento”. A Modalidade Epistêmica (Modalização) acontece nas proposições (troca de informações – eixo do conhecimento) e envolve valores como verdade probabilidade, certeza, crença e evidência. Já a Modalidade Deontica (Modulação) ocorre em propostas (troca de bens e serviços – eixo da conduta) e envolve valores

como desejo, preferência, intencionalidade, obrigação, manipulação, habilidade.

Fairclough (2001) acrescenta a modalidade objetiva (o falante projeta o seu ponto de vista como universal, ou a partir da fala de outrem) e a modalidade subjetiva (o falante projeta o seu ponto de vista se incluindo no discurso). Além de apresentar distinções temporais (pode/poderia; deve/deveria) nas relações entre não hipotético e hipotético. Também inclui os polos em uma categoria ampla de modalidade categórica.

Segundo Resende e Ramalho (2006, p. 85) “o processo de identificação sempre é afetado pelo processo de relação social, o que implica que escolhas de modalidade são significativas não só na identificação, mas também na ação e na representação.” As escolhas lexicais modais envolvem diversos fatores contextuais dentre eles o grau de certeza do falante diante de sua declaração e validade da proposição, ou grau de pressão para realização de uma ordem, além de poder expressar o grau de em relação ao que é dito.

3 A Região Oeste e o Curso de Direito: contexto da pesquisa

A região Oeste da Bahia está localizada à margem esquerda do Rio São Francisco tem a extensão de 116.786,918 Km², é formada por 35 municípios⁵, uma população de 899.270 habitantes em média, e atualmente representa um dos grandes polos de desenvolvimento agropecuários do Cerrado, segundo dados da TV Oeste⁶ (2013).

⁵ O Oeste Baiano é composto pelos seguintes municípios: Angical, Baianópolis, Barra, Barreiras, Brejolândia, Buritirama, Canápolis, Catolândia, Cocos, Coribe, Correntina, Cotegipe, Cristópolis, Feira da Mata, Formosa do Rio Preto, Ibotirama, Jaborandi, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Morpara, Muquém do São Francisco, Paratinga, Riachão das Neves, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santana, São Desidério, São Félix do Coribe, Serra do Ramalho, Serra Dourada, Sítio do Mato, Tabocas do Brejo Velho, Wanderley, Xique-Xique.



Fig. 01 – Mapa da Região Oeste da Bahia
Fonte: **Schmitt & Damiani - Advogadas**

Desde década de 90, com a expansão do ensino superior no Oeste da Bahia e a introdução de novos conceitos científicos, parte dos moradores da região inseridos neste contexto está transformando aos poucos a maneira de avaliar as questões sociais. De acordo com Resende e Ramalho (2006, p. 45-46) baseando-se nos estudos de Fairclough (2003), “são os indivíduos, inseridos em práticas discursivas e sociais, que corroboram para a manutenção ou transformação de estruturas sociais – uma visão dialética da relação entre estrutura e ação”.

Em todo o oeste baiano somente quatro faculdades oferecem o curso de Direito. O primeiro curso implantado foi autorizado pelo Ministério da Educação - MEC em 2001. Três destes quatro cursos participam do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

– ENADE, já passaram pelo processo de reconhecimento do curso pelo MEC, e tiveram alunos que se submeteram ao Exame da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

Ao longo do curso, um estudante de Direito tem a possibilidade de discutir conceitos, valores e ideologias que irão constituir sua identidade profissional e também as suas identidades pessoal e social. O sujeito passa a ser um porta-voz das instituições as quais representa (o direito romano; a Ordem dos Advogados do Brasil; a faculdade e outros).

Este sujeito passa a ser reconhecido socialmente e institucionalmente por sua maneira particular de expressão linguística (jargão profissional), maneira social de se vestir (que pretende denotar neutralidade, seriedade e compromisso), postura formal (no falar e no vestir). Nota-se, assim, que há elementos linguísticos e não linguísticos⁷ necessários para essa construção identitária.

O curso de Direito promove a potencialidade de mudança social através das discussões sobre o papel do Poder Judiciário, responsabilidade social e desenvolvimento da cidadania. Em uma região em que não há Defensoria Pública, o Núcleo de Práticas Jurídicas das faculdades cumpre um papel social importante no atendimento à população. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (2012) o Poder judiciário no Oeste da Bahia conta com 15 varas cíveis, 17 cartórios, 18 juízes e 17 promotores para atender a uma população de 899.270 habitantes. Em 2011, foi dada a entrada de 27.104 processos judiciais⁸ destes, somente 154 foram arquivados (por resolução ou por falta de provas). Como se pode constatar, o número de profissionais atuantes no mercado ainda não atende a demanda da população.

⁶ A TV Oeste é uma das seis emissoras da Rede Bahia, afiliada à Rede Globo de Televisão. Fundada em 1991, a emissora produz o Jornal da Manhã, Bahia Meio-dia, BA TV, nestes telejornais são entrevistados profissionais de diversas áreas de formação, atuantes na região Oeste.

8 Aspectos Metodológicos

Este estudo se baseia em uma análise exploratória, utilizando as concepções teórico- analíticas da Linguística Sistêmico Funcional – LSF e da Análise de Discurso Crítica – ADC, sobre os aspectos da metafunção interpessoal e de níveis de modalização utilizados no discurso. O *corpus* se constitui de informações provenientes de uma entrevista de pesquisa realizada com um professor-jurista sobre Letramento Acadêmico e formação da identidade profissional de juristas.

O colaborador da pesquisa, que recebe o pseudônimo de professor Gilberto, é juiz e professor do curso de Direito, nasceu no Oeste baiano, tem 33 anos de idade,

há 4 anos atua na docência com as disciplinas Direito Constitucional, Teoria da Constituição, Direito Processual Civil.

As reflexões aqui propostas constitui parte do projeto de mestrado intitulado “Letramento Acadêmico e a Construção da Identidade Profissional em Instituições de Ensino Superior do Oeste Baiano”.

9 Análise de dados

A entrevista de pesquisa é considerada um subgênero situado (do gênero entrevista) que tem por finalidade a troca de informações e traz reflexões e projeções de práticas particulares, além de remeter a outros textos e discursos. “Gêneros são especificamente aspectos discursivos das formas de agir e interagir por meio de eventos sociais” Fairclough (2003, p.47).

Como foi mencionado, as questões proposta pela pesquisadora ao professor – jurista se referem às práticas de letramento e formação identitária do jurista. O colaborador da pesquisa faz uma reflexão se colocando como o principal sujeito na maioria das declarações (“penso que”, “atribuo”), com a predominância dos verbos (finito/predicador) no presente, sem necessariamente marcar do tempo do relato. Nas proposições aparecem conceitos, juízos de valor, avaliação, evidência e diferentes graus de certeza e comprometimento em relação ao que é declarado nas respostas. Nas proposições verificaram-se muitas ocorrências de modalidade epistêmica com utilização de adjuntos modais (certamente, efetivamente, talvez), verbos modais, em muitos casos no pretérito imperfeito, (poderia, parece ser, deveria, seria), expressões modalizadoras (“ainda que pouco saiba”). Para Gouveia (2009, p. 34):

6 Por questão de delimitação trataremos aqui somente os aspectos linguísticos

7 Dados fornecidos pelo site www.cnj.jus.br com acesso 10/02/2012.

Ao falar, o falante adota um papel discursivo particular e dessa forma atribui ao seu interlocutor o papel complementar, esperando que ele o

assuma. Por exemplo, ao fazer uma pergunta, o falante assume o papel de quem procura/busca informação e requer para o seu interlocutor o papel de fornecedor da informação pretendida. O significado interpessoal entre o falante e o seu interlocutor é expresso por escolhas a partir de diferentes subsistemas, os quais incluem, por exemplo, a modalidade, a entoação, os itens lexicais, etc.

Quando perguntamos ao professor sobre os requisitos indispensáveis de um bom jurista, ele constrói o seu argumento a partir de levantamento de questões retóricas e uma sequência de conceitos. O sujeito das proposições se alterna, ora é quem fala (professor), ora do que se fala (o direito). A presença de modalização é marcada pelos usos da condicional ‘se’ e verbos modais (diria, parece ser). Conforme se observa no excerto abaixo:

É difícil definir um “bom jurista”. [...] Penso que o conhecimento jurídico – estritamente jurídico – não faz de ninguém um “jurista”, menos ainda um “bom jurista”. Aliás, se “direito” é mesmo inseparável de “poder” (de poder político, inclusive); se direito é um construir humano e, como tal, contingente, histórico e socialmente situado; e se direito, finalmente, é um instrumento de manutenção do poder (serve ao poder, imbricados que são), alguém, para ser um jurista, precisa ir além das leis, além do direito objetivo. Não consigo eleger requisitos... de forma bastante ampla, diria que conhecer um mínimo de sociologia, de criminologia crítica, enfim, da vida como ela parece efetivamente ser, é um requisito essencial a quem

Na fala do professor Gilberto é preciso ir além do conteúdo teórico exposto na sala de aula, um bom profissional deve relacionar diferentes formas de conhecimento com a prática. O professor amplia a discussão relacionando conhecimento, direito e poder. No que se refere aos significados do discurso, Fairclough (2003) defende que ideologias são representações que podem ser legitimadas em diferentes maneiras de ação e interação, inculcadas em identidades. O discurso tem o poder de “tornar reais as próprias realidades que descreve”. FAIRCLOUGH (2012, p.106).

As profissões relacionadas às áreas do Direito tem no uso da palavra, que exerce grande poder social, seu principal instrumento de trabalho. Nas atividades de escrita e oralidade exige-se o domínio do uso formal da língua, compreensão e uso fluente de terminologias jurídicas, alto conhecimento de gêneros técnicos-jurídicos, poder de argumentação, capacidade mediadora e conciliadora. O exercício da palavra

no âmbito do Direito requer leituras de diversas áreas do conhecimento: legislação, sociologia, antropologia, filosofia, história, oratória, retórica, psicologia entre outras. Neste ínterim acontecem inúmeras práticas de letramento necessárias para a formação identitária destes profissionais. Conforme a Resolução do CNE/ CES nº 9/ 2004 referente às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

No que se refere aos baixos índices de aprovação no Exame da Ordem dos advogados-OAB o professor avalia:

Atribuo a péssima formação dos alunos, quanto à “educação” em geral. Não exclusivamente às faculdade de direito. Um dado, que é intuitivo, pode sinalizar uma resposta: o índice de aprovação da UnB, da USP, da UFBA é elevadíssimo. Porque são boas instituições? Pode ser, também. Mas certamente esse alto índice decorre do fato de que nessas instituições estudam os alunos de “melhor formação”

Na avaliação o professor ao mesmo tempo em que levanta hipóteses (‘Um dado, que é intuitivo’, ‘pode sinalizar’, ‘pode ser’) e apresenta afirmações (certamente). O professor utiliza diferentes graus de modalizadores para não se comprometer e justificar a não aprovação de muitos alunos oriundos de instituições privadas. Na fala do professor Gilberto a formação da educação básica nivela os alunos, os ‘de melhor formação’ vão para as universidades federais e tem maior chance de passar no exame da OAB. Segundo Silva (2010, p. 73) a “avaliação que, expressa frequentemente por escolhas lexicais, é uma indicação sobre como o falante pensa que algo – pessoa, coisa, ação, evento, situação, ideia – é bom ou mau. [...] A escolha da avaliação reflete e reforça os valores ideológicos da cultura.”

Professores e alunos⁹ dos cursos de Direito apontam a fragilidade da escolarização anterior ao ingresso do ensino superior como um dos principais obstáculos para concretizar a formação profissional idealizada pelas instituições (as faculdades, a Ordem dos Advogados do Brasil; o Conselho Nacional de Educação). O que afeta diretamente o ingresso e a atuação de Bacharéis em Direito no mercado, a aprovação no Exame da Ordem e em concursos públicos.

No que se refere ao nível de dificuldade de leitura e escrita (letramento) de textos jurídicos de ingressantes no curso de Direito, o professor Gilberto assim respondeu:

É natural, então, que os acadêmicos tenham dificuldade com essa linguagem “peculiar”, especialmente nos primeiros anos. Com o tempo, a dificuldade reduz, na medida em que o acadêmico vai se tornando “um dos nossos”, treinado para perpetuar esse modo de ser das coisas, que tem por fim último a separação entre o direito (algo comum) e a sociedade (a quem ele pertence). E se tudo permanece assim, quem souber falar em *periculum in mora* ao invés da simples “situação de urgência”, parecerá socialmente mais

O professor ressalta a importância, no âmbito do Direito, do uso formal da língua e de termos jurídicos em latim. A forma de uso da linguagem identifica o sujeito em seu grupo (“um dos nossos”) e exclui socialmente outros pelas relações de poder (“quem souber falar em *periculum in mora* [...], parecerá socialmente mais forte”). A formação profissional técnico-científica é concebida como um ‘treinamento’ que molda o indivíduo e naturaliza as relações de hegemonia. O direito (algo comum) pertence à sociedade, mas o direito (instituição) distancia a sociedade do que lhe é seu, pelo uso da linguagem e do discurso, pelo que ‘parece ser’.

Segundo Foucault (1979, p. XIV), “O poder é algo que se exerce e que funciona como maquinaria social que não está situada em lugar exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social”. Chouliaraki e Fairclough (1999) analisam que a construção da identidade resulta de uma relação dialética entre o social e o individual, o proposto e o construído, esta construção acontece em contextos de tensão e de poder. Os atores são representados por suas funções nas práticas sociais. As relações de poder (econômico e/ou de conhecimento) são reforçadas por escolhas sócio semânticas, tanto no nível da palavra quanto do enunciado e se

~~estende para a enunciação.~~
[...] Penso que a interiorização dos cursos de direito democratizou, um pouco, o ensino e a formação jurídica na sociedade. Pessoas que, outrora, jamais sonharam em ser, um dia, advogados, hoje vivem essa realidade. É importante para a sociedade que mais pessoas saibam sobre direito. A rigor, todos nós sabemos sobre direito (pois o direito é feito pelas pessoas comuns e para as pessoas comuns, que o respeitam cotidianamente), mas apenas alguns sabem sobre o “direito dos tribunais”. É, então, relevante que o Oeste do estado tenha um maior número de advogados, professores de direito, entre outras atividades jurídicas.

Acredito, sinceramente, que a formação jurídica (assim como a do assistente social, do professor, do médico...) é fundamental para o fortalecimento da sociedade. A democracia depende do conhecimento, da

O professor Gilberto destaca a importância social da interiorização do curso de Direito, como a realização de um ‘sonho’ e reconhece que a Região Oeste precisa de profissionais do Direito, de conhecer mais sobre o “direito dos tribunais”, mas ainda não percebe os avanços reais com a inserção dos cursos e modaliza (“Penso que a interiorização dos cursos de direito democratizou, um pouco, o ensino e a formação jurídica na sociedade”). Na fala do professor não há menção de aspectos que inviabilizam a prática efetiva do direito como bem público tais como, desigualdade social, burocracia nos fóruns, administração pública e outros.

8 Com base em dados de outros colaboradores da pesquisa “Letramento Acadêmico e a Construção da Identidade Profissional em Instituições de Ensino Superior do Oeste Baiano”.

No segundo bloco de resposta, o professor é mais incisivo nas colocações (“Acredito sinceramente”, “é fundamental”, “gente sem vocação para escravo”) e afirma que o processo de democratização depende de conhecimento para uma maior participação social. O professor Gilberto não percebe ainda avanços para a Região Oeste no que se refere à participação política mais ativa da população a partir do letramento acadêmico. Street (2012, p. 78) alerta que grande parte da escolarização moderna trata o letramento como um conjunto de habilidades funcionais, mais que isso o letramento deve ser entendido como “um conjunto de práticas sociais profundamente associadas à identidade e posição social.” Se faz necessário, nos espaços acadêmicos, uma visão mais ampla sobre os reais objetivos as práticas de letramento no ensino superior e na sociedade.

10 Considerações Finais

O texto é uma unidade de semântica em que os seus vários elementos constituintes de significação são materializados através de categorias linguístico-discursivas. A proposta integradora da LSF e da ADC proporcionar um olhar mais abrangente sobre as relações entre discurso, linguagem e prática social. As informações advindas da análise da entrevista revelaram que as escolhas lexicais do falante são condicionadas as práticas sociais fortemente marcadas por ideologias.

A linguagem, que proporciona a interação dialética entre os atores sociais, além de comunicar exerce a função de argumentar, persuadir, possibilita a construção de sentido e constrói identidades e práticas sociais. Assim, podemos considerar que um Bacharel em Direito traz em si conceitos, valores e ideologias que foram construídas dialeticamente ao longo do curso. As identidades pessoal e social, mediadas pelos discursos institucionalizados e letramentos resultam na identidade profissional.

O Oeste Baiano ainda é marcado pela desigualdade social e carência de fatores básicos à existência, o que revela que o crescimento econômico não acompanha o desenvolvimento social. A expansão do ensino superior e os processos de letramento acadêmico no Oeste da Bahia promove ampliação da rede de serviços especializados (jurídicos, saúde, contábeis, educação e outros), mas ainda assim não atende a demanda. No que diz respeito à participação social politicamente ativa, os professores ainda não veem efetivamente uma mobilização pela grande parte da população, sobretudo dos acadêmicos. Segundo os dados até agora analisados, estas reflexões sobre a rede de práticas sociais ainda se restringem a sala de aula.

11 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução CNE/CES N° 9, de 29 de setembro de 2004.**

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem.** São Paulo: HUCITEC, 1992.

BUTT et. al. **Using functional grammar: an explorer's guide.** 2. ed. Sidney: Macquarie University, 2000.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis.** Edinburgh: Edingurgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research.** Londres & Nova Iorque: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** Coord. Trad. I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. A dialética do Discurso. In: MAGALHÃES, Izabel (org.) **Discursos e Práticas de Letramento: pesquisa etnográfica e formação de professores.** Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2012.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. R. Machado. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FUZER, C.; CABRAL, S.R.S. **Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em Língua Portuguesa**. (no prelo)

GOUVEIA, C.A.M. **Texto e gramática: uma introdução à linguística sistêmico-funcional**. Disponível em <http://ww3.fl.ul.pt/pessoais/cgouveia/ja/6.pdf>: Acesso em 04/07/2013.

HALLIDAY, M. **An Introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN, C.M.I.M. **An introduction to functional grammar**. Oxford, Londres: Arnold, 2004.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SANTOS, E.C.S. A linguagem dos blogs: um gênero textual emergente. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**. Vol 6. Brasília: Thesaurus, 2003

SILVA, E.C.M. Do discurso à gramática: um enfoque crítico e funcional de gêneros.

Cadernos de Linguagem e Sociedade. Vol 11 (2). Brasília: Thesaurus, 2010.

STREET, B. V. Eventos de Letramento e Práticas de Letramento: Teoria e Prática nos Novos Estudos do Letramento. In: MAGALHÃES, Izabel (org.) **Discursos e Práticas de Letramento: pesquisa etnográfica e formação de professores**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2012.

TV OESTE. **Atlas de Cobertura - Globo Bahia**. Disponível em: http://sucom.redeglobo.com.br/atlas2004/mapas/php/con_emissora.php?pexib=BAR&p uf=BA. Acesso: 25/02/2013.